

O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornaleiros na Era Vargas

Viktor Chagas¹

¹ Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC-FGV)

Resumo:

O presente artigo se propõe a discutir a relação entre imprensa e Estado sob uma perspectiva incomum, que leva em consideração o lugar do jornaleiro na cadeia produtiva dos impressos e aponta para o papel político dos sistemas de distribuição para o modelo de organização econômica da imprensa no país. Com base na experiência brasileira, é possível argumentar que raramente os jornaleiros são percebidos em toda a extensão do que representam, mas o período marcante da Era Vargas constitui um laboratório histórico exemplar para esta observação.

Palavras-chave: história da imprensa, bancas de jornais e revistas, jornaleiros, Era Vargas, mídia e política.

Abstract:

This paper aims to discuss the relationship between media and State under an unusual perspective, which takes into account the place of news vendors in the supply chain for printed press, and points to the political role of distribution systems for the model of economic organization in the press of the country. Based on Brazilian experience, one can argue that the news vendors are rarely perceived the full extent of what they represent, but the historical period presented by the Age Vargas is an exemplary laboratory for this observation.

Keywords: history of the press, newsstands, news vendors, Age Vargas, media and politics.

Embora corresse sério risco de não chegar ao conhecimento público, o New York Times noticiava em 29 de janeiro de 1887 que os newsboys de Yorkville (Manhattan, Nova Iorque) haviam entrado em “greve”, pleiteando uma comissão maior a ser paga pelo jornal. Movimentos do gênero já haviam ocorrido antes em outros locais. Alguns registros do próprio NYT dão conta de grupos que se recusaram organizadamente a vender o Brooklyn Times em 1886, e de um movimento de aproximadamente 75 rapazes que se negaram a vender o Evening Chronicle na Pensilvânia e impediram com piquetes aqueles que tentassem comercializá-lo. Mas o evento principal do gênero ainda estava por ocorrer. Em 1899, alguns meses após eclodir e encerrar-se a Guerra Hispano-Americana, centenas de jovens (NEW YORK TIMES, 1899) mantiveram-se durante dias de braços cruzados, em protesto por melhores condições de trabalho. O episódio envolvia diretamente dois dos maiores campeões de circulação nova-iorquinos, o New York Journal, de William Randolph Hearst, e o New York World, de Joseph Pulitzer, e deu origem a um musical da Walt Disney Company (NEWSIES, 1992), mais tarde levado aos teatros pela Broadway. No Brasil, até onde se sabe – com exceção de três breves episódios: em 1957, no Rio de Janeiro, em 1963 e 1987, ambas em São Paulo, motivados por razões semelhantes às dos newsboys nos Estados Unidos, ou seja, as comissões de vendas –, jamais experimentamos com intensidade greves de jornalheiros, mas nossas bancas já foram alvo de um sem-número de atentados na história do Brasil republicano. Por coincidência ou não, nos dois períodos ditatoriais brasileiros mais recentes, o reconhecimento de uma eventual posição estratégica no tabuleiro político do processo produtivo jornalístico, levou determinados grupos a se manifestarem ostensivamente contra os jornalheiros. Até onde pude observar, há uma forte correlação entre os episódios ocorridos durante o Estado Novo de Vargas e o regime militar, atestada pelo caráter de responsabilização e criminalização dos vendedores e distribuidores de impressos com respeito aos veículos dispostos para venda.

O presente artigo se propõe a discutir a relação entre imprensa e Estado sob uma perspectiva incomum, que leva em consideração o lugar do jornalheiro na cadeia produtiva dos impressos e aponta para o papel político dos sistemas de distribuição para o modelo de organização econômica da imprensa no país. Com base na experiência brasileira, é possível argumentar que raramente os jornalheiros são percebidos em toda a extensão do que representam, mas o período marcante da Era Vargas constitui um laboratório histórico exemplar para esta observação. Assim, na medida em que analisamos um período ditatorial, atravessado por uma guerra de grandes proporções, em que o país se antepôs, entre outras nações, à Itália, origem da ampla maioria dos profissionais então em atividade, o cenário da distribuição da imprensa em meados da década de 1940 é rico em evidências de que tais conflitos marcam em definitivo uma nova compreensão sobre a identidade desta que é uma das mais onipresentes categorias profissionais no panorama urbano brasileiro.

Nas páginas a seguir, vemos alguns episódios da história e da memória dos jornalheiros em que fica patente o intenso esforço de negociação entre o Estado, os homens de imprensa e as associações que congregavam distribuidores e vendedores de jornais e revistas. As soluções salomônicas encontradas por Vargas nos remetem não somente à compreensão comum deste político como hábil negociador, mas também, e particularmente, à visão de que, ao longo da história, os jornalheiros têm procurado operar sua memória de

6 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornalheiros na Era Vargas

modo a abrandar a percepção de que eles eventualmente representariam uma ameaça à liberdade de imprensa no Brasil.

O amigo jornaleiro

A figura do “amigo jornaleiro” é hoje absolutamente recorrente em propagandas de empresas jornalísticas, em especial em homenagem ao dia 30 de setembro, quando se comemora o Dia do Jornaleiro nacionalmente. Sabe-se pouco, e é muito difícil remontar a esta origem, sobre o surgimento da expressão, mas é bastante provável que se coadune com uma clara campanha para suavizar a imagem do jornaleiro, dispondo-o como um companheiro do cotidiano, uma entidade familiar e receptiva: “O *amigo jornaleiro* conhece, pelo nome, a mulher, o marido ou o empregado que vai à esquina apanhar um jornal [...]. É uma interação que transcende ao aspecto meramente comercial para se transformar numa relação de amizade” (CARVALHO *apud* REBELLO, 1987, p. 5).

A campanha, por certo, propagandeou a imagem do vendedor simpático, que conhece bem os produtos que dispõe para venda e está sempre pronto a ajudar. E se sobrepôs, como resultado, ao tipo rude e bronco, de “poucos amigos”, que se ocupava das bancas; e aos meninos malcriados e maltrapilhos, que infestavam as ruas. Houve tempos, porém, em que o jornaleiro não era exatamente considerado um “amigo”, se não uma ameaça à espreita, com amplo potencial de disseminar o caos da censura e da desinformação, por controlar sub-repticiamente uma das pontas da cadeia produtiva da notícia.

A partir da década de 1920, intensifica-se, no Brasil, e em especial, no Distrito Federal, a preocupação com a presença massiva de imigrantes italianos nos postos de trabalho na distribuição de periódicos impressos. Desde o fim do século XIX, os imigrantes, menos por alguma expertise anterior e mais por encontrarem uma oportunidade aberta no caráter informal da atividade (GOMES, 2000), dedicaram-se ao ofício. Em pouco mais de trinta anos, os italianos já haviam fundado uma Sociedade de Beneficência e Mútuos Socorros aos Auxiliares da Imprensa (*Stampa*) e detinham a propriedade de um vultuoso número de bancas, organizadas em sociedades que atuavam no limite extremo da informalidade, além de contratarem menores, geralmente brasileiros, para desempenhar a função de vendedores ambulantes, por baixos salários e sob maus tratos.

Algumas tentativas de regulamentar a profissão já haviam investido na definição de parâmetros para o regime de licenciamento a título precário pelo menos desde a primeira década do século XX. Mas a pressão da opinião pública para uma solução ao problema que se configurava no crescente número de menores que se amontoavam pela madrugada, dormindo às portas das oficinas tipográficas, à espera de uma nova edição, tornou-se insustentável mesmo a partir dos anos 1920. Parte desta pressão foi capitaneada pela recente criação do Juizado de Menores, em 1923, que contribuiu para que a sociedade tivesse um novo olhar sobre problemas sociais advindos do abandono de menores às ruas das metrópoles brasileiras (PEREIRA, 2005). A partir de então, a questão da exploração infantil é discutida com mais seriedade na sociedade e nos órgãos de imprensa (REBELLO, 1987, p. 101; PEREIRA, 2005). Os problemas com o Juizado, porém, se estenderam até por

volta do início da década de 1940, como veremos. Mesmo assim, o constante conflito e as denúncias de episódios de violência e contravenção contribuíram para incrementar a necessidade de que os jornalistas possuíssem não apenas uma sociedade mutualista mas também um sindicato, que olhasse por seus trabalhadores associados e atuasse dentro das normas da legalidade no país. Além disso, diferentemente do que apregoam os relatos que tendem a mitificar a história da Casa do Pequeno Jornaleiro (MIRANDA, 1939; PEREIRA, 2005), o problema dos menores abandonados, especialmente no que tange aos menores vendedores, era tanto social quanto político.

Por ora, importa sabermos que, em 1932, foi então oficializada a criação do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, cujo raio de ação desde o início se estendeu por todo o estado do Rio, incluindo o Distrito Federal. Este sindicato, diga-se de passagem, o primeiro em todo o Brasil, foi criado aparentemente por um grupo de lideranças políticas entre os imigrantes italianos, que à época acumulava também a direção da *Stampa*, e cujos principais expoentes atendem pelos nomes de Vicente Perrotta, Alberto Carelli, Luiz Falbo, César Bianco.

Chinelli (1977, p. 47- 48) comenta que um de seus informantes lhe relatara que a União dos Trabalhadores Gráficos teria manifestado a intenção de oficializar um órgão sindical que englobasse também os vendedores e distribuidores de jornais. Contrários a esta movimentação, os italianos mobilizaram-se rapidamente para angariar recursos e sócios em quantidade para que o seu próprio sindicato fosse reconhecido. Dessa forma, os membros originais deste movimento que culminou efetivamente na criação do sindicato da categoria, em sua absoluta maioria, eram, em verdade, distribuidores e não vendedores propriamente. Visto que eram italianos organizados em torno do sindicato, seu primeiro presidente precisou naturalizar-se brasileiro, para assumir o cargo (id.:ibid.). E, então, à luz de um pequeno e veloz “golpe” político, as articulações dos distribuidores permitiram que o lugar de negociação para a classe permanecesse sob o controle do mesmo grupo que já o detinha, alterando-se apenas a ordem e a natureza de suas associações. Afinal, com o surgimento do sindicato, a *Società Ausiliari della Stampa* “aos poucos ficou exclusivamente reduzida a atividades beneficentes e de ajuda mútua” (id.:ibid.).

O que se observa é que, ainda em 1933, a *Stampa* e o sindicato tomaram posições conjuntas em confrontos com a prefeitura, acerca da sinalização desta em modificar o regime de licenciamento, passando a adotar um dispositivo unificado de concessão pública para a operacionalização de quiosques urbanos. Na ocasião, a *Stampa* se manifestou publicamente contra a proposta em tramitação, chamando-a de “monopólio” e “truste” (A NOITE, 1º de fevereiro de 1933), acusações largamente adotadas para críticas aos próprios distribuidores. Mas as queixas à atuação dos italianos no controle operacional da distribuição de impressos não diminuíram, de modo que a década de 1930 se configura como de especial relevância para a consolidação da categoria. Em parte, o que vemos é que a *Stampa*, por vezes, assumia a função de cão de guarda, ao passo que ao sindicato cabia a negociação polida sobre os interesses dos grandes distribuidores.

Juntamente com as críticas recebidas pela exploração do trabalho infantil, algumas das quais transparecem em obras fílmicas e literárias do período (cf. p. ex. MENINOS

8 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornalheiros na Era Vargas

JORNALEIROS, 1933), os jornalheiros italianos passam também a ser alvo de uma das mais intensas campanhas xenofóbicas que o país já experimentou, no contexto do acirramento de relações internacionais com os países que viriam a conformar o Eixo na Segunda Guerra. Antevendo estes potenciais conflitos, os dirigentes da *Stampa* optaram por nacionalizar a associação em 1935, quando a mesma adotou o nome aportuguesado de Sociedade de Beneficência e Mútuo Socorro dos Auxiliares de Imprensa mas manteve-se sendo referida em círculos mais íntimos apenas como *Stampa*. Esta mudança marca a definitiva assunção de funções sociais para a sociedade mutualista, concentrando-se a carga política no sindicato. Este reescalonamento de prioridades paulatinamente vai ficando mais claro no protagonismo que assume a partir daí o sindicato nos éditos e informes noticiosos publicados nos periódicos da época. Até então, o que se destacava era a sobreposição das duas associações como entidades políticas representantes de classe. Conquanto não chame atenção para este aspecto, Gabriel Labanca (2010, p. 11) destaca uma passagem, em um de seus artigos, retirada do *Observador Econômico e Financeiro* (1939), que deixa clara a confusão de papéis exercidos pela *Stampa* no princípio do século XX. A sociedade era, em muitos casos, percebida efetivamente como um sindicato. No trecho citado, o veículo afirmava que o Largo da Carioca era dividido em diferentes pontos de circulação, e que estes pontos seriam arrendáveis com autorização “da *Aussiliari* [sic], isto é, do Sindicato”. Assim, não apenas se evidencia o controle da atividade exercido pela *Stampa* – ponto discutido por Labanca –, mas, sobretudo é-nos indicado como esta postura repercutia, de modo que era comum a identificação da sociedade mutualista como o sindicato da categoria.

No primeiro trimestre de 1936, o sindicato enfrenta a ameaça de um grupo que buscava criar uma associação paralela, incumbida de administrar os sócios no restante do estado do Rio de Janeiro, à exceção do Distrito Federal. Na ocasião, o Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas requereu ao Ministério do Trabalho que sua esfera de ação se estendesse a todo território fluminense. O pedido impetrado foi também concedido, em face da exposição do atuariário-chefe, que argumentava que:

Com efeito, um numero apreciavel de socios do syndicato trabalha fora do Districto Federal, mantendo a distribuição e venda de jornaes em varias cidades do Estado do Rio. Ora, somente tendo jurisdição legal nessas cidades poderá o syndicato assumir eficientemente as responsabilidades resultantes da aplicação do citado art. 65 [do decreto nº 24.637/1934, que obrigava as organizações sindicais a prestarem assistência a seus sócios]. [...] Ora, o pedido ma vez deferido permittirá que, dentro da lei: 1º, o syndicato possa amparar eficientemente cerca de um milhar de menores que trabalham na venda de jornaes; 2º, que normalize a situação de facto de um grande numero de associados esparsos por varias localidades fluminenses. Si, portanto, a área de acção do syndicato não fôr ampliada ao Estado do Rio, não poderá ele legalmente assumir as responsabilidades previstas no art. 65, do decreto n. 24.637 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 6 de abril de 1936).

Em vista de decisões favoráveis como esta, o grupo que controlava o sindicato permaneceu no poder com certa tranquilidade até o início da década de 1940.

Entretanto, circunstâncias que fui incapaz de mapear com precisão alçaram ao posto de presidente do sindicato uma figura enigmática, distante deste primeiro grupo, que atende pelo nome de Vicente Grassi Sereno. As posições tomadas por Sereno à frente do sindicato, diametralmente opostas às de personagens como Vicente Perrotta e Alberto Carelli, fazem crer que a organização enfrentou, neste período, uma acirrada disputa interna pela liderança sobre a categoria. Os primeiros indícios de sua atuação datam de novembro de 1940, quando o jornal *O Imparcial* noticia que uma carta do sindicato enviada à redação informava que a associação se congregaria a uma série de outras categorias, em marcha que sairia do Largo da Carioca para a Esplanada, em comemoração às manifestações da Parada Trabalhista (*O IMPARCIAL*, 8 de novembro de 1940). Dias depois, o mesmo jornal veiculava uma série de notícias sobre as homenagens prestadas pelo sindicato ao Dr. Saul de Gusmão, Juiz de Menores (*O IMPARCIAL*, 30 de novembro de 1940 e outros). De oponente a aliado, o juizado se convertia em importante instrumento de conquistas para a categoria, a partir de negociações que visavam à proteção dos menores trabalhadores. Na época, era absolutamente comum a tipificação dos jornaleiros em três diferentes categorias: os vendedores volantes (pequenos jornaleiros), os vendedores estacionados (capatazes e donos de bancas) e os vendedores comissionados (distribuidores) (cf. *DIÁRIO CARIOCA*, 30 de março de 1940), cuja apresentação traduzia de forma maniqueísta os capatazes e distribuidores como exploradores e os menores “maltrapilhos” como explorados.

Nos dois anos seguintes, a tensão e a oposição entre os grupos concorrentes é evidenciada quando a nova gestão do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro envia ao gabinete do Departamento Nacional do Trabalho um ofício, em 21 de março de 1942, “expondo ao Sr. Ministro a necessidade da expedição de um decreto pelo qual só brasileiros natos, possam concorrer a cargos de diretoria” (*DIÁRIO OFICIAL*, 26 de março de 1942) e protocola, em 13 de abril do mesmo ano, junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores uma representação solicitando um decreto que, por ordem de lei, nacionalizasse a distribuição de jornais e revistas no Brasil, “para que todos os distribuidores sejam brasileiros natos e reservistas do Exército” (SERENO, 1942).

Não é difícil supor que tal processo gerou extremo mal-estar e obrigou ao grupo concorrente, o de imigrantes italianos, uma movimentação nos bastidores, para que a reação do governo fosse amena. A carta assinada por Vicente Sereno, em nome do sindicato, e dirigida ao próprio presidente da nação sustentava que:

1º) – Os distribuidores de jornais e revistas que controlam completamente a vendagem destas publicações, agem conforme suas conveniências sobre a necessidade de se vender mais um jornal que outro, [e] são na sua quasi totalidade, de nacionalidade italiana, sendo que alguns deles distribuem inúmeros jornais e revistas, com prejuízo do nacional e dos interesses do Brasil; conforme relação referente ao Distrito Federal.

2º) – A venda avulsa está entregue a um grupo composto de cinco ou seis italianos que são donos de quase todas as bancas de jornais, prejudicando assim o trabalhador nacional que fica com o único direito de ser empregado de estrangeiro, agarrado aos balaustros dos bonds ou esparramando suas

10 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornaleiros na Era Vargas

folhas nas calçadas das ruas.

3º) – Os jornais simpáticos ao extremismo, são apoiados, apregoados e oferecidos, enquanto que os jornais que seguem a orientação do Estado Nacional sofrem rigorosa retenção, a mando dos distribuidores estrangeiros.

4º) – Os distribuidores estrangeiros são empregadores de grande número de trabalhadores também estrangeiros, estando todos fora das leis trabalhistas.

5º) – Enquanto alguns distribuidores estrangeiros açambarcam dez ou mais jornais e revistas, os distribuidores brasileiros estão desempregados, muitos com numerosa família em lamentável estado de penúria.

6º) – Esses brasileiros, não se colocam porque os estrangeiros não permitem, oferecendo dinheiro pelas distribuições, colocando assim o trabalhador nacional numa situação de inferioridade (id.:ibid.).

Como fonte documental, o processo se revela de caráter impactante pela transparência com que expõe os ânimos e os conflitos que permeavam a categoria à época. Datilografada sobre o mesmo papel timbrado que viria, em representações anteriores e também posteriores a caracterizar o selo do Sindicato de Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas, a missiva é capaz de despertar uma certa inquietação com a história oculta desse confronto sindical-nacionalista.

Há poucos registros sobre a atuação de Vicente Sereno no comando do sindicato, mas o mais provável é que ela tenha se iniciado justamente em 1940, de quando datam suas primeiras manifestações oficiais como presidente, e estendeu-se somente até meados de 1943, quando uma nova chapa, encabeçada por Alberto Carelli – então vice-presidente da *Stampa* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5 de abril de 1942)² – reconquistou aos italianos o domínio sindical (CORREIO DA MANHÃ, 8 de dezembro de 1942; cf. tb. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 26 de março de 1943). Mesmo Gilson Rebello (1987), que enaltece uma série de outros personagens entre os imigrantes, menciona o nome de Sereno uma única vez, para tratar de uma resposta enviada por ele ao *Diário de Notícias* sobre uma peça jornalística que criticava a pequena quantidade de bancas que ocupavam o espaço urbano do Distrito Federal.

A carta de Sereno, enviada em março daquele ano, desencadeou preocupações entre os demais jornaleiros. O cenário complicou-se ainda mais com o assassinato de Raymundo Ferreira Maurício, o “Aliado”, por Eugênio Petucci, em junho. “Aliado”, um vendedor de jornais que ganhara o apelido em virtude de sua admiração pela causa das tropas que combatiam na Segunda Guerra contra os regimes fascistas, conforme as reportagens da

² A chapa em que Carelli disputou a vice-presidência da *Stampa* contava com a liderança de César Bianco (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5 de abril de 1942), um dos principais jornaleiros, dito “capitão” no romance histórico de Gilson Rebello (1987). Após a Guerra, pelo que parece, os italianos já haviam consolidado sua presença e reunificado as direções da sociedade mutualista e do sindicato, através das figuras de Alberto Carelli e Pedro Madalena, respectivamente como presidentes deste e daquela nos mandatos seguintes (CORREIO DA MANHÃ, 17 de junho de 1947).

época, frequentemente se envolvia em debates políticos do gênero. O homicídio, de acordo com as investigações relatadas pelos jornais, fora motivado pela ofensa do vendedor ao próprio patrão, o italiano Petucci, com palavras de baixo calão. O dono da banca, então, após uma discussão com o auxiliar, cometeu o assassinato, e escondeu o corpo atrás do quiosque, tendo em seguida se tornado foragido da polícia (A NOITE, 10 de junho de 1942:4; cf. tb. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 de junho de 1942). A repercussão do crime na banca da Estação Barão de Mauá foi tamanha que a cobertura teve espaço no *Diário de Notícias*, no *Diário Carioca*, e até mesmo em veículos que tradicionalmente se alinhavam com a causa italiana como *A Noite*³.

O passo seguinte foi o açulamento das relações entre jornaleiros italianos e brasileiros, que, em meio ao contexto nacionalista do Estado Novo, obrigou a *Stampa*, na figura de seu presidente recém-empossado, César Bianco, a assumir uma posição à frente da negociação com o governo. Em consequência disso, Bianco redigiu em nome da associação uma outra carta, também endereçada a Vargas, datada de 27 de agosto de 1942, e negociou sua publicação em todos os jornais através da Agência Nacional, que distribuiu a nota mesmo desaconselhada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (REBELLO, 1987, p. 122). No texto, o jornaleiro dizia que

Na impossibilidade de levarmos os bálsamos da nossa dedicação e reconhecimento às famílias enlutadas pelo crime monstruoso das potências bárbaras que trucidam tantas vidas preciosas do Brasil, queremos ao menos consignar nessas palavras, como a nossa revolta por tão grandes covardias, a certeza de que V. Excia. pode dispor plena e inteiramente de toda a Sociedade dos Auxiliares da Imprensa para tudo que a alta sabedoria do governo considerar útil à grande causa do revide aos ultrajes com que procuraram ferir a soberania brasileira, imortal e intransível, as infelizes potências do Eixo (BIANCO, 1942 *apud* REBELLO, 1987, p. 116).

De teor conciliatório, o documento procurava traduzir a posição dos jornaleiros como estando ao lado dos interesses nacionais, de forma a iniciar uma campanha que revertesse a impressão generalizada entre a população de que os imigrantes italianos constituíam uma séria ameaça às operações de distribuição de impressos na capital, e, conseqüentemente, à liberdade de imprensa no país.

Gilson Rebello (1987, p. 116-123) relata que a atitude de Bianco fora desencadeada após o jornaleiro tomar conhecimento de que grupos nacionalistas revoltosos estariam depredando bancas de jornais no Largo da Carioca. As bancas de madeira eram jogadas ao chão em uma pilha de destroços, “carregadas nos ombros da multidão em fúria” e então incendiadas em praça pública (id.:*ibid.*; BANCAS & NEGÓCIOS, 2008).

Ao saber das manifestações, o jornaleiro teria se dirigido à chefatura de polícia e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), mas, sem sucesso, incumbiu-se apenas de pleitear

³ Aqui, cabe lembrar que, tanto *A Noite* quanto *O Globo* foram fundados por Irineu Marinho, de família portuguesa, e que morreu precocemente de um ataque cardíaco em 1925. Sua esposa, Francisca Pisani, mãe de Roberto Marinho, era descendente de italianos.

12 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornaleiros na Era Vargas

junto aos órgãos de imprensa a publicação de uma espécie de carta de desagravo (id.:ibid.). O texto da *Stampa* buscava suavizar os ânimos, relativizando o argumento nacionalista, como vimos. Bianco sugeria que:

A Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos dos Auxiliares da Imprensa, que abriga em seu seio vendedores, capatazes e distribuidores de jornais, sendo composta de brasileiros natos e de estrangeiros, que o são apenas por terem nascido noutras terras, porquanto há muito deram o seu coração ao Brasil, são pais de soldados do Brasil e se integram pelo trabalho diário, alegrias e tristezas na vida da paisagem, do povo e dos costumes dessa imensa pátria adotiva, vem trazer a V. Excia. o mais alto intérprete dos desejos e sentimentos da comunhão brasileira e Chefe da nação, a palavra espontânea e singela de sua irrestrita dedicação e solidariedade [id.:122].

Os apelos geraram novamente uma onda crescente de apoio em alguns setores e órgãos de imprensa. Rebello (1987, p. 123) ilustra sua obra com um recorte de jornal “apócrifo” que mancheteava à época: “Nacionalização das bancas de jornal – Estrangeiros que já são brasileiros pelo tempo de residência no Brasil”, e alertava “Está sendo preparado um golpe contra os proprietários de bancas”. A pressão política parece ter surtido o efeito desejado, já que, em 12 de outubro de 1942, pela primeira vez o Presidente da República intervém diretamente sobre o assunto da exploração da distribuição e venda de jornais no Brasil.

Legislação que tradicionalmente está sob a alçada dos municípios, a regulação pode ser considerada um marco, em virtude de expor de modo inédito mas absolutamente preciso a interseção entre, de um lado, os assuntos urbanísticos e de posturas que diziam respeito à instalação das bancas, e, de outro, o tema da liberdade de circulação. Além disso, e no que tange à sequência dos eventos que vínhamos narrando, o decreto-lei nº 4.826/1942 possui um caráter ambíguo, tendendo ao mesmo tempo à opção pela gradual nacionalização da atividade e a uma proposta conciliatória do governo que sinalizava para os esforços em marcha para a implementação da Casa do Pequeno Jornaleiro⁴. O texto da lei dizia que “As licenças para exploração de bancas de jornal, e revistas e outras publicações somente a brasileiros natos poderão ser concedidas”, mas previa também que “A vendedor, distribuidor ou capataz de serviço de distribuição de qualquer nacionalidade, que, na data desta lei, se encontrar no exercício dessas atividades, é assegurado o direito de nelas prosseguir, só podendo, entretanto, transferir suas respectivas licenças ou contrato a brasileiros natos” (lei nº 4.826/1942). Dessa forma, Vargas atendia tanto à solicitação dos grupos interessados na nacionalização da atividade capitaneados por Sereno quanto ao recurso de italianos como Bianco para que não perdessem seus postos de trabalho, garantindo ainda sobrevida ao domínio desses últimos, que poderiam, sem qualquer prejuízo, repassar seus negócios aos filhos, desde que estes fossem brasileiros natos, como era o caso mais comum⁵. Saindo-se

⁴ O decreto de Vargas obrigava os contratos ou ajustes entre distribuidores ou capatazes e empresas jornalísticas a fornecerem 5% de comissão para auxílio à manutenção da Casa do Pequeno Jornaleiro no Rio de Janeiro e institutos congêneres em outras cidades.

⁵ No fim do ano de 1944, o Departamento de Fiscalização da Prefeitura do Distrito Federal organiza uma convocação pública para recadastramento de seus sócios estrangeiros, em vista dos efeitos do

pela tangente, portanto, o decreto de Vargas apontou para uma solução eminentemente política para a disputa étnica que se prenunciava.

Pode-se dizer, contudo, que os conflitos arrefeceram de maneira mais lenta que a promulgação do ato. Em matéria de julho de 1943, o *Diário Carioca* publicava o depoimento de um jornalista italiano do Largo da Carioca que se afirmava antifascista e postulava que os “verdadeiros” italianos queriam mesmo é retomar a democracia no país (DIÁRIO CARIOCA, 21 de julho de 1943). Ainda assim, para além das disputas “externas”, o sindicato, como vimos, travava uma forte batalha “interna” pelo seu controle. Pouco antes do decreto varguista, já se vê, por meio da publicação de notas do Diário Oficial, que Sereno enfrentava problemas na associação e era levado a solicitar a anulação de atos decorrentes de assembleias sindicais ordinárias (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 13 de julho de 1942). A realidade é que, estimulados pela legislação sindical estadonovista, os líderes sindicais da chapa de Sereno estimulavam a imposição do ostracismo aos imigrantes, fazendo publicarem-se anúncios e convocações de assembleias no Diário Oficial com notas explícitas como “N.B. [note bem] – Só poderão comparecer os sócios brasileiros e quites” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 26 e 27 de março de 1943).

Finalmente, em 5 de novembro de 1942, transitou em julgado a representação de Vicente Perrotta e outros associados do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro “pedindo que lhe sejam salvaguardados direitos eleitorais” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 6 de novembro de 1942). Perrotta acusava Sereno de opor restrições ao registro de sua candidatura e de Domingos Manfredi (respectivamente, presidente e primeiro-secretário) em chapa composta para disputar a presidência. O despacho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio julga então improcedente a acusação e aponta que, em qualquer circunstância, a eleição seria impugnada caso os candidatos que viessem a constituir a chapa vencedora não fossem brasileiros, de acordo com o disposto na alínea c do art. 5º do decreto-lei nº 1.402/1939, que versava sobre o reconhecimento da investidura sindical. O processo limitava-se a dizer que, para efeito de reconhecimento de sua elegibilidade, os candidatos deveriam – à exceção do presidente, que obrigatoriamente deveria ser brasileiro nato –, ser ao menos naturalizados, e que, nesse caso, arquivavam-se as acusações, ordenando-se proceder na sequência, em prazo máximo de 30 dias, as eleições sindicais (id.:ibid.). Ocorre que os desdobramentos do caso não são claros, mas jornais como o *Correio da Manhã* de 8 de dezembro de 1942 noticiavam a vitória da chapa de Alberto Carelli, tendo Vicente Perrotta como primeiro-secretário e César Bianco como primeiro-tesoureiro – além de Domingos Manfredi como suplente da diretoria (CORREIO DA MANHÃ, 8 de dezembro de 1942), mas, oficialmente, o resultado da eleição manteve-se em suspenso até agosto de 1943, quando o Departamento Nacional do Trabalho apurou os recursos constantes nos autos e avaliou que “o pleito decorreu com rigorosa observância das normas legais e regulamentares”, empossando enfim a nova diretoria e conselho fiscal (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 16 de agosto de 1943), e restabelecendo o controle do sindicato aos jornalistas italianos.

decreto (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1944).

14 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornalheiros na Era Vargas

Quando se acreditava finda a questão, eis que um decreto do interventor municipal Henrique Dodsworth sobre a localização das bancas e o processo de licenciamento de jornalheiros reacende a rusga, levando, desta vez, o Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, secundado pelo Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas – que abre processo em 6 de março de 1944 no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em nome de seu presidente, Alberto Carelli, solicitando apoio (CARELLI, 1944) – a expedir um memorial em defesa dos profissionais auxiliares de imprensa. O memorial, assinado por Ozéas Mota, presidente do sindicato patronal, agradecia a providência da prefeitura em suspender para reexame o decreto promulgado pela prefeitura regulando a localização das bancas até que suas considerações pudessem ser emitidas. No entanto, o parecer contido deixava em claro que:

Esse sindicato, data vênha, vê no aludido decreto de v. excia. cassados os direitos adquiridos e que foram assegurados aos distribuidores e capatazes pelo artigo 3º do decreto-lei n. 4826 de 12 de outubro de 1942. [...]

Porque, sr. prefeito, sujeitar à concorrência pública aqueles que a lei anterior, de âmbito nacional, deixou ‘assegurado o direito de prosseguir’ é cassar esse mesmo ‘direito’.

A lei ao concedê-lo só fez uma restrição mas esta para ‘transferir suas respectivas licenças de contrato’ somente ‘a brasileiros natos’. [...]

Como se vê, não é somente ‘assegurado o direito de prosseguir’ na atividade específica, mas ainda o de obter a licença municipal para esse prosseguimento.

Argumentar-se-ia que o decreto de v. excia. revoga o do sr. presidente da República. Tem, porém, v. excia. poderes para essa revogação que só se poderá dar, de acordo com a introdução do Código Civil – de modo expresso? [...]

Não há revogação no ato de v. excia?...

Então vejamos:

‘A’ tem ‘assegurado o direito de prosseguir’ na sua atividade. [...]

Mas ‘B’ declara que essa continuidade depende de concorrência.

Que fez ‘B’? – Reconheceu ‘assegurado o direito de prosseguir’?... Certamente não. Porque a exigida concorrência da qual ‘A’ poderá sair vencido, lhe tirou o ‘assegurado direito de prosseguir’, que dela não dependia. [...]

Da concorrência, que só garante o ‘direito de prosseguir’ no caso de maior oferta, não cogita o decreto-lei 4826. E não deve ser confundida com a licença, que é renovável, maximé quando essa franquia, como já disse, está assegurada no ‘direito de prosseguir’ (DIÁRIO CARIOCA, 1º de fevereiro de 1944; cf. tb. a esse respeito DIÁRIO DA NOITE, 20 de dezembro de 1943).

O texto ainda tece considerações importantes acerca do contexto em que foi emitido

o decreto de Vargas:

O elemento histórico do decreto-lei 4826 de 12-10-42 não deve ser desprezado em abono do que sustento. Visou ele a nacionalidade dos que trabalham na venda de jornais e revistas. Surgiu de um momento nacionalista, quando da entrada do Brasil na guerra. O Governo atendeu a que os estrangeiros empregados na venda de jornais e revistas, já velhos nessa atividade também tinham filhos nacionais. E por isso enquanto não fossem provadamente nocivos á ordem e ao regime, deveriam continuar no seu ganha-pão habitual. [...]

Deve ser levado em conta que, apenas de anos para cá, as bancas de jornais passaram a depender de licenças. Antigamente, punha uma banca quem o quisesse, sendo livre esse meio de vida. [...]

Será justo, sr. prefeito, que homens, muito encanecidos nessa labuta, sejam afastados, afinal de uma atividade em idade em que as leis sociais não permitem que tomem outro meio de vida? (id.:ibid.).

Dessa feita, o objetivo da ação conjunta de ambos os sindicatos, em especial daquele que defendia os interesses dos vendedores e distribuidores de jornais e revistas, assim como da *Stampa*, era lutar para que a escolha da localização dos pontos ficasse a cargo dos próprios jornaleiros, obedecendo a critérios que garantissem maior circulação aos produtos comercializados (REBELLO, 1987, p. 128). Comentando abertamente a propalada ameaça estrangeira, os jornais lembravam ainda que

Nos moldes em que atualmente se encontra redigido o decreto [de Dodsworth], nada impede que grupos financeiros interessados no controle da venda de jornais não tanto por seus resultados econômicos imediatos, se não como instrumento de pressão, atuem através de testas-de-ferro subordinados às suas imposições (O RADICAL, 8 de fevereiro de 1944 *apud* REBELLO, 1987, p. 129).

Após as renitentes críticas dos órgãos de imprensa, Dodsworth aceitou rever sua opinião e terminou por derrubar o decreto. Fica a percepção de que os espinhosos anos 1930 e 1940 foram para os jornaleiros também período de intenso amadurecimento acerca do papel político que desempenhavam em sua atividade. Nesse sentido, vendedores e distribuidores de jornais conquistaram nessas décadas importante vitória ante a opinião pública: a recusa da indiferença.

Os esforços em prol de melhores condições de trabalho aos pequenos jornaleiros ainda voltariam à baila com o projeto de lei apresentado à Câmara pelo deputado Martins e Silva em 30 de março de 1937, que propunha a criação de uma “Casa dos Pequenos Vendedores de Jornais” (CHINELLI, 1977, p. 51). O projeto não foi aprovado, mas conquistou a adesão de empresários e jornaleiros que travavam disputas com os grandes distribuidores (id.:ibid.), e acabou resultando em intensa mobilização nacional, sendo incorporado ao projeto de governo trabalhista logo adiante, através de Getulio Vargas e de sua esposa, a

primeira-dama Darcy Vargas.

O pequeno jornaleiro ressignificado

Muito antes de se converter em uma “ocupação respeitável” para crianças de classe média com suas bicicletas pelos subúrbios americanos (NERONE, 1987a, p. 417), os *newsboys* são representados como “um dos mais emblemáticos tipos sociais das cidades no século dezenove” (id.:ibid.; cf. tb. WHISNANT, 1972). É bem verdade que já existiam menores jornalheiros desde o Setecentos, mas seu número era estatisticamente insignificante (WHISNANT, 1972, p. 275-276), bem como as questões sociais enfrentadas à época e o percurso da urbanização nas metrópoles não eram marcantes como o que se vê na sequência. De acordo com o historiador David Whisnant (id.p. 303), a exploração infantil no comércio ambulante de jornais e revistas era bastante comum em países da Europa Ocidental, mas, em nenhum deles, os *newsboys* se constituíram como um mito como nos Estados Unidos.

Ao que nos compete, vale destacar que, no Brasil, tivemos movimento semelhante para que a figura dos pequenos jornalheiros se tornasse icônica. As realidades cultural e política distintas, todavia, nos legaram um cenário bastante peculiar com relação ao trabalho desses menores. A discussão ora proposta tem como objetivo investigar o debate público acerca das representações sociais sobre o pequeno jornaleiro nas décadas de 1930 e 1940 no país, que, em certa medida, culminaram na construção de soluções filantrópicas como a Casa do Pequeno Jornaleiro. Além disso, é ainda preciso apreender qual o papel social e político desempenhando por esta instituição em meio aos conflitos que a categoria experimentava durante a Era Vargas, e como este papel ajudou a moldar a experiência brasileira na distribuição de impressos. Esta empreitada não se faz completa sem que antes nos dediquemos, por ímpar que seja, ao espaço que ocupam os *newsboys* no imaginário norte-americano.

É outro historiador, Vincent DiGirolamo (2002, p. 6), quem chama atenção para o fato: os *newsboys* “são ao mesmo tempo exemplares e casualidades do capitalismo”. David Whisnant (1972, p. 272, tradução minha) complexifica esta concepção, ao afirmar que, enquanto mitologia, a imagem dos *newsboys* é persistente porque adequável a modelos ideológicos antitéticos. De um lado, diz ele, temos o vendedor industrioso, competitivo, bem sucedido; de outro, o menino dócil, manipulável e responsável. É na ambiguidade conflituosa entre o “aventureiro individualista” e o “tecnocrata obediente” que o mito se firma em diferentes contextos (id.:ibid.), servindo sempre para denotar uma “encarnação” do espírito liberal (id. p. 276). Como no Brasil, os primeiros *newsboys* americanos eram imigrantes ou descendentes de imigrantes – provenientes em sua maioria de famílias irlandesas ou germânicas. Ao fim da primeira metade do século XIX, as cidades de Nova Iorque e Filadélfia contabilizavam cerca de cinco ou seis centenas deles, e, na virada do século, eles já eram mais de cinco milhares, estendendo-se por cidades como Detroit, St. Louis e Cincinnati (DIGIROLAMO, 2002, p. 7).

A imagem comum que temos dos *newsboys* corresponde a meninos entre seis e quinze anos, “a idade em que crianças de famílias proletárias tipicamente entravam nas

fileiras do trabalho adulto” (id.:ibid., tradução minha). Historicamente, há registros de vendedores de jornais mais velhos, até maiores de idade, mas o que se sabe é que a queda no preço de produção dos jornais e a sucessão de mudanças que levou as empresas jornalísticas a adotarem gradualmente o modelo da *penny press* trouxe também consequências para os trabalhadores que operavam a distribuição dos periódicos. Na realidade, o preço de capa dos jornais diários (os chamados *penny papers*) ocasionou uma extensiva queda nos lucros dos jornaleiros, de modo que tornou-se difícil persuadir rapazes mais velhos e adultos a seguirem atuando como distribuidores (WHISNANT, 1972, p. 275). A mão-de-obra barata dos meninos, unida ao crescimento das desigualdades sociais nas grandes cidades, pode, portanto, ser enxergada tanto como causa quanto como efeito para a disseminação da imprensa popular nos Estados Unidos.

Ocorre que os *newsboys* personificaram com excelência esse caráter “popular” da *Penny Press*, e não só porque vinham eles próprios de classes de menor poder aquisitivo, mas também porque as técnicas de venda desenvolvidas incluíam uma maior aproximação do público comprador e os famosos pregões que se tornaram sinônimo de notícias que captam a atenção de todos. Thorn e Pfeil (1987, p. 51) sustentam que este sistema da *Penny Press* deu origem à figura dos *newsboys* como meninos “sujos”, “maltrapilhos”, “boca-sujas” e que são bem-sucedidos apenas à medida que resistem ao trabalho duro nas ruas. A Associação Internacional de Gerentes de Circulação (ICMA) “insistia que estes jovens fossem tratados como ‘pequenos comerciantes’, que estavam, na verdade, aprendendo o sistema comercial americano, e viriam a se tornar futuros líderes e empreendedores de sucesso” (THORN; PFEIL, 1987, p. 52). Mas o cenário de reformas sociais e trabalhistas do período reforçou as opiniões dissonantes, iniciando campanhas contra a exploração infantil dos órgãos de imprensa e o abandono de menores, e pressionando ainda mais a opinião pública.

Além dessas iniciativas, o que vemos, a partir de meados do século XIX, é o surgimento de algumas entidades filantrópicas voltadas para os cuidados para com os menores. Em março de 1854, por exemplo, o reverendo Charles Loring Brace inaugura a chamada *Newsboy’s Lodging House* (“Alojamento do Pequeno Jornaleiro”), no bairro do Brooklyn nova-iorquino. Uma espécie de hospedagem, em que os meninos arcavam com custos simbólicos para a estadia e sua própria alimentação, o modelo rapidamente se espalhou por outros estados americanos (id.p. 7). A melhor descrição para seus serviços é dada por McCabe, Jr. (1872, p. 741, tradução minha):

Elas não é uma obra de caridade em nenhum sentido que possa ofender o respeito próprio e a independência de seus hóspedes. [...] Suas vagas não são restritas a *newsboys*. Engraxates, vendedores ambulantes, e mendicantes juvenis de qualquer tipo são bem-vindos, e todo esforço é feito para que eles sejam induzidos a retornar regularmente e tirar proveito de suas influências e instrução no alojamento. Os meninos pagam cinco *cents* pelo jantar (e eles ganham uma excelente refeição), e cinco *cents* pela hospedagem, e cinco *cents* pelo desjejum. Aqueles que estão impossibilitados de arcar com estas despesas recebem tudo sem custos, e, se quiserem trabalhar por conta própria, recebem assistência para tanto.

18 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornalheiros na Era Vargas

A experiência da *Lodging House* inspirou associações semelhantes por todo o país⁶ e no mundo. No Brasil, não foi diferente, conquanto algumas peculiaridades do modelo de intervenção estatal tipicamente brasileiro tenha constituído uma experiência sem similares. O que vemos, novamente, é um forte entrelaçamento entre o papel do Estado e a regulação da atividade de distribuição da imprensa, que, entre outras coisas, culmina em uma obra social que ocupa lugar fundamental na representações contemporâneas sobre a memória da categoria.

Em fins da década de 1930, uma intensa movimentação deu vazão a um projeto capitaneado pela então primeira-dama da República, dona Darcy Vargas. A origem da instituição é creditada quase que integralmente a ela, nos mais diferentes registros, uma “mãe extremosa” (MIRANDA, 1939, p. 99) como alguns descrevem, muito embora, na realidade, uma base política já viesse trabalhando para consolidar o projeto anteriormente. Ainda que a proposta de fundar uma obra social semelhante já houvesse sido cogitada por outros grupos políticos pelo menos desde 1937 no Congresso, porém, a verdade é que, capitalizando a Casa do Pequeno Jornaleiro para si, Darcy Vargas ocupava lugar de relevância no meio da assistência social equivalente ao papel de estadista e “pai dos pobres” de Getúlio. Esta posição, inclusive, viria a influenciar uma série de outras mulheres pertencentes aos quadros da elite política, constituindo a partir de então uma atuação política própria, no meio termo entre “uma trajetória diametralmente oposta” e “uma agenda comum” com feministas famosas como Bertha Lutz e Pérola Byington (SIMILI, 2008, p. 90). Traços dessa inspiração podem ser comprovados a partir da replicação da experiência da Casa do Pequeno Jornaleiro em Curitiba, já em 1943, por Anita Ribas, esposa do interventor federal no governo do Paraná Manoel Ribas. Além de Curitiba, instituições semelhantes são fundadas em Juiz de Fora, Recife e outras cidades do país. Sendo uma das pioneiras, a Associação Atlética dos Pequenos Jornaleiros de Minas (Juiz de Fora), criada ainda 1939, procurou também se beneficiar do decreto-lei nº 4.826/1942, que ordenava aos vendedores e distribuidores um repasse de 5% a título de comissão para obras sociais congêneres (ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PEQUENO JORNALEIRO, 1942). Na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, é possível encontrarmos relatórios de prestação de contas de algumas dessas organizações. No processo referente a um dos relatórios de faturas da Casa do Pequeno Jornaleiro de Pernambuco (CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE RECIFE, 1955), por exemplo, é possível notar que o Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores era absolutamente rigoroso com a normatização dessas instituições, requerendo não apenas a transparência nos repasses mas também um controle estrito dos beneficiários. Os relatórios da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba analisados por Pereira (2005, p. 19) dão conta de que a instituição paranaense e a carioca teriam sido fundadas “simultaneamente”, mas é pouco provável que a fundação desta última não tenha sido a real

⁶ Em 1892, um grupo criou a *News Boys Association of Detroit* (“Associação de Pequenos Jornaleiros de Detroit”) para promover educação moral e cívica dos rapazes, que deveriam pagar semanalmente pelos serviços prestados (DIGIROLAMO, 2002, p. 21). Outro benemérito, o coronel Alexander Hogeland, teve também sua participação em iniciativas similares, tendo fundado a *Newsboy’s and Bootblacks’ Association and Night Schools* (“Associação e Escola Noturna de Pequenos Jornaleiros e Engraxates”), em Louisville, Kentucky (id.p.14).

inspiradora das demais.

Em Curitiba, a pedra fundamental do projeto foi lançada no natal de 1942, através da doação de um terreno pelo governador. Medida semelhante havia sido executada pelo próprio presidente Getúlio Vargas, quando do decreto-lei nº 913/1938, em que, a título gratuito e perpétuo, confere à Fundação Darcy Vargas alguns lotes de terreno na cidade, isentos de qualquer imposto ou taxa, e tendo como contrapartida apenas uma cláusula de reversão na escritura, que garantia à União a retomada de todas as benfeitorias “no caso de se verificar o desvirtuamento dessa obra de assistência social”. Na capital paranaense, a instituição foi então inaugurada em 25 de dezembro de 1943 (PEREIRA, 2005, p. 17). Welson Luiz Pereira (2005), que estuda os relatórios de prestação de contas da CPJ curitibana, descreve um cenário bastante semelhante ao que temos no Rio, com jornais como o *Diário da Tarde* exaltando o “coração generoso da sra. Anita Ribas” (DIÁRIO DA TARDE, 27 de dezembro de 1943 *apud* PEREIRA, 2005, p. 18) e apontando como o trabalho com os menores conseguia “recuperá-los” de forma esplendorosa, lembrando que outrora os jornalistas estavam “completamente desorganizados e eram constituídos de meninos indisciplinados, faltosos e até malcriados” (PEREIRA, 2005, p. 26). Contudo, diferentemente do que ocorre no então Distrito Federal, os documentos procuravam maquiar a presença de menores abandonados na capital paranaense (id.:38-39). Por aqui, ao contrário:

A iniciativa da primeira-dama de criar uma Casa para os ‘Pequenos Jornalistas’ também passa a movimentar o debate acerca do segmento que seria atendido pela entidade, constituindo uma forma de divulgação da atuação filantrópica da personagem e de sua entidade. Nesse sentido, em 1940, a *Revista Serviço Social* publicou uma matéria que permite conhecer quem eram os ‘Pequenos Jornalistas’. Segundo informava, os jornalistas eram figuras simpáticas e populares, que viviam nas ruas das cidades gritando os nomes dos jornais e que a sociedade procurava ajudar, comprando[-os] deles [...]. Entretanto, escondia-se no pequeno jornalista um problema social, visto que ‘todo delinqüente foi, em seus dias de menino, jornalista ou engraxate’. Embora o trabalho desses menores fosse considerado importante porque necessário à família e muitos fossem seu arrimo ou suplementassem as despesas com os ganhos obtidos nessa atividade, o meio em que os jornalistas viviam, as ruas, era perigoso e favorável ao desenvolvimento de vícios, como os jogos, a bebida, o cigarro e as práticas de pequenos delitos, tais como: a ludibriação e o roubo de clientes. Por conta do trabalho, esses meninos abandonavam a escola e, ‘sem orientação moral e completamente livres, adquirem predisposição para um ataque passivo ou ativo à sociedade’. Sem uma intervenção nessa realidade, o destino desses menores, transformados em delinqüentes, era a ‘casa de detenção ou de reforma’ (SIMILI, 2008, p. 96).

A julgar pelos hinos da Casa do Pequeno Jornalista⁷, a situação de penúria e a exploração por jornalistas e distribuidores mais velhos é significativamente comum. Como vimos, a criação do Juizado de Menores intensificou a campanha pela regulamentação da

⁷ Cf. trechos desses hinos em Pereira (2005) e no curta *Meninos jornalistas* (1933).

atividade infantil no país, que teve repercussão no próprio movimento sindical dos jornalheiros.

No registro histórico do desenvolvimento da atividade, os jornalheiros pioneiros de fins do século XIX no Brasil tornaram-se grandes distribuidores no século seguinte, atuando como lideranças políticas da categoria, à frente da *Stampa* e mesmo do sindicato. O contexto da Segunda Guerra, no entanto, ressaltou não apenas conflitos étnicos mas também geracionais. Pois os novos pequenos jornalheiros, aqueles que assumiriam suas funções sendo “caftinados” pelos veteranos italianos, passaram a ser objeto de cuidados de políticos e outros beneméritos. A pesquisadora Ivana Guilherme Simili (2008, p. 82-83) chama atenção para este aspecto, ao afirmar que, naquela conjuntura, a questão social transformava-se em questão política, e era então enfrentada através de políticas sociais e assistenciais. Simili cita Wanderley Guilherme dos Santos para afirmar que a cidadania, no contexto de Vargas, estaria, portanto, relacionada com a “profissão” (id.:ibid.). Já Welson Luiz Pereira (2005), que se detém sobre a experiência da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba – surgida em 1943, sob a liderança de Anita Ribas, na esteira da entidade criada por Darcy Vargas –, destaca que a Era Vargas é profícua em atribuir um “valor positivo ao trabalho”, de maneira que esta visão facilitou a compreensão dos meninos jornalheiros como “pequenos heróis” (PEREIRA, 2005, p. 5). O historiador aponta ainda que não só a noção de “trabalho” é representada desta forma, como também o termo “menor” é ressignificado, passando a designar, no campo jurídico, não somente uma indicação de faixa etária, mas, genericamente, “as crianças no seu estado de abandono” (id.:ibid.). Tais mudanças são, em verdade, reflexo de um debate travado no âmbito do serviço social e das associações beneficentes entre a natureza do trabalho de assistência. Pouco a pouco, o que se vê é que a caridade cede espaço à “filantropia científica” (id.:42), cujas principais preocupações sinalizam o suporte econômico e moral aos necessitados. Assim, a concepção de assistência, como afirma Pereira (id.:ibid.), desloca-se do eixo da mera proteção à moral dos inocentes (ou à moral da sociedade), como na caridade, e passa a buscar “introduzir os improdutivos na esfera produtiva, além de prevenir a desordem que a miséria poderia provocar”; sua inquietação é, então, menos religiosa e mais focada na formação de mão-de-obra econômica (id.:ibid.).

Estas diretrizes sociais são facilmente perceptíveis nas movimentações que, a partir da década de 1930, procuram alçar a figura do pequeno jornalheiro ao centro de uma política estatal de assistência à criança desamparada⁸. Em 1938, com evidente influência das *Lodging Houses* americanas, “uma solenidade apresenta a criação da Fundação Darcy Vargas”, para, em 20 de janeiro de 1939, ser lançada a pedra fundamental daquele que viria a ser o principal legado social da categoria, a Casa do Pequeno Jornaleiro (id.:114-115).

⁸ Ainda que se argumente que a Casa do Pequeno Jornaleiro atendia à lógica da filantropia científica, tal como descrita por Pereira (2005), é preciso, porém, notar que algumas reminiscências da moral religiosa se faziam presentes no cotidiano da instituição. Simili (2008, p. 98-99), por exemplo, sobre a emblemática foto de inauguração da CPJ carioca, em que uma cruz era erguida pelos esforços de vários pequenos jornalheiros, comenta a intencionalidade das cerimônias e dos registros iconográficos: “era erigida uma obra de Deus, uma instituição assistencial [sic]”. Dessa forma, quero crer que a filantropia de Darcy Vargas e aquelas a que inspirou pode ser compreendida como um híbrido entre as duas linhas do serviço social descritas previamente.

Por essa razão, em consonância com o trabalho assistencial da primeira-dama, Vargas lança mão, nos anos 1930 e 1940, de uma série de medidas legislativas com o objetivo de disciplinar assuntos como o trabalho infantil familiar, o ensino profissionalizante para jovens e crianças, e temas afins. Sem dúvida, a Casa do Pequeno Jornaleiro foi um dos principais investimentos estatais nesse sentido. Além disso, sua consolidação era estratégica para o governo, na medida em que a participação dos proprietários de empresas jornalísticas na sustentação do projeto ou como conselheiros institucionais aproximava a imprensa do Estado. Ao investirem em um projeto beneficente desse porte, os empresários sinalizavam para um investimento na política varguista de valorização e suporte do menor brasileiro. O aporte de recursos, obviamente, não era plenamente desinteressado, vez que eram os jornalistas os responsáveis pela venda de seus produtos. Entretanto, a sustentação financeira da ação cumpria também com uma troca de favores entre essas entidades e o governo, principal financiador dos meios impressos no país, através de uma utilização massiva da imprensa para a propaganda política e subvenções (SIMILI, 2008, p. 101). E o governo, por sua vez, não devemos ignorar, deparava-se com o conflito sindical que atravessava a categoria.

Assim, muito embora o artigo 4º do estatuto da Fundação Darcy Vargas, aprovado em dezembro de 1939, afirmasse que, entre os objetivos específicos da Casa do Pequeno Jornaleiro, encontrava-se o de:

amparar, educar e encaminhar os vendedores de jornais e outros menores de até dezoito anos de idade, cuja ocupação se exercita nas ruas [...], proporcionando gratuitamente a estes, como aos demais menores, nela matriculados, assistência médica, educação pátria, religiosa, moral, básica e ensino profissional e assistência nos seus empregos, *em colaboração com os Sindicatos Profissionais* (FUNDAÇÃO DARCY VARGAS, 1939 *apud* SIMILI, 2008, p. 102-103, grifo meu).

No fim das contas, há pouca evidência de que o Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro estivesse verdadeiramente engajado nesta campanha. De concreto, temos apenas as referências à cobertura noticiosa sobre a repercussão das ações da Casa do Pequeno Jornaleiro ao firmar um convênio com o sindicato (na figura de Sereno) e o Juizado de Menores (na figura de Alberto Mourão Russell) para que os pequenos vendedores fossem obrigatoriamente matriculados na instituição e passassem a realizar suas atividades fardados, acordo que foi saudado pelos jornais da época com manchetes como “Vai desaparecer das ruas o jornaleiro esfarrapado” (CORREIO DA MANHÃ, 7 de janeiro de 1942), e que de certa forma integrou os esforços para a campanha que buscava reverter a imagem negativa desses profissionais junto à opinião pública.

É provável que o período em que Vicente Sereno esteve à frente do sindicato – que, diga-se de passagem, coincide, em linhas gerais, com o período em que a CPJ foi idealizada e concebida: por volta dos primeiros anos da década de 1940 – tenha, de algum modo, contribuído para que o processo de consolidação do modelo não encontrasse tamanha resistência entre a classe dos auxiliares de imprensa. Visto que a casa se destinava a amparar os menores tidos como explorados pelos distribuidores e capatazes italianos, era de se

22 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornalheiros na Era Vargas

esperar que fosse território de disputas políticas as mais diversas. A atmosfera sindical controlada naquela conjuntura ajudou na compreensão da Casa do Pequeno Jornaleiro como o principal “legado social da categoria”. Afinal, foram precisamente estas as palavras que empregaram Edith Vargas – neta de Getúlio e Darcy –, Francisco José Vogt – assessor de imprensa – e os demais diretores e conselheiros que me acompanharam na visita técnica que realizei à instituição ainda em 2008, quando cuidava de recolher os primeiros materiais para esta pesquisa.

É curioso notar como são dispostas as representações sociais e políticas que circundam a casa, e perceber como a memória de um espaço que foi fundado com o objetivo de salvar jovens e crianças em situação de risco ante os distribuidores e capatazes de ascendência italiana é capaz de convertê-lo em uma experiência legada por eles próprios, como patronos e principais beneméritos. Esse tipo de operação de memória confere sentido e coerência à identidade do “amigo jornalheiro”.

Considerações finais

Os jornalheiros e a distribuição da imprensa escrita estiveram, desde sempre, à margem das pesquisas que relacionam os campos da História e das Ciências da Comunicação. No decorrer destas páginas, procurei defender o argumento de que, embora subrepticamente, a esfera da distribuição da imprensa escrita tem sido lugar de disputas políticas que, em diferentes momentos de nossa história recente, especialmente a partir do período varguista, têm se ocupado de apontar o papel do Estado no relacionamento com a economia das empresas jornalísticas e sua cadeia produtiva. Como espaço propício para o conflito e a negociação, a atividade dos jornalheiros, compreendidos como vendedores e distribuidores de jornais e revistas, é ponto altamente fragilizado diante deste panorama, abrindo margem para subseqüentes intervenções, que, em última instância, terminam por, ao regulamentarem a comercialização e distribuição dos impressos, regularem também a própria imprensa. Pois não é outro se não este o embate travado na meia década que buscamos retratar neste trabalho, cuja questão expressa na superfície nos aponta falaciosamente para uma mera disputa étnico-nacionalista, quando em verdade estamos diante de modelos políticos divergentes para a evolução dos sistemas de distribuição no país, defendidos por correntes sindicais rivais. Foram tais batalhas travadas ao longo do desenvolvimento da categoria que possibilitaram, entre outras coisas, o modelo econômico atual, em que os jornalheiros efetivamente detêm, de forma absolutamente organizada e autônoma, o controle sobre as etapas de distribuição dos impressos, a ponto de determinarem diversos aspectos na conformação dos mercados não apenas nas capitais mas também em cidades do interior.

Outras considerações, no entanto, aguardam novas pesquisas. Como vimos, os jornalheiros e as bancas de jornais sustentam e possibilitam uma diferente abordagem sobre a produção jornalística no campo acadêmico. Uma abordagem em que o gargalo político da distribuição dos meios impressos – em cuja trajetória se inscrevem não apenas os meios de comunicação propriamente ditos mas a logística dos meios de transporte, das relações trabalhistas e das posturas municipais e urbanísticas – é espaço de constantes disputas e enfrentamentos. A leitura que apresentamos, por exemplo, em muito se coaduna com

interpretações de diferentes pesquisadores a respeito dos movimentos sindicalistas emergentes no período de repressão, em que por vezes o Estado patrocinou ou buscou cooptar atores para o estabelecimento de relações mais amenas com diversas categorias. Compreender até que ponto a rusga pelo controle sindical entre os jornaleiros pode também ser lida a partir dessa perspectiva é trabalho a ser legado para futuras imersões no tema.

Neste artigo, busquei demonstrar (1) como os jornaleiros se apropriam de determinados elementos da história para operarem a memória da categoria a fim de consolidarem a imagem de “auxiliares da imprensa”, na intenção de não se caracterizarem como ameaça à liberdade de informação; (2) como o contexto de uma ditadura e especialmente o período de guerra é capaz de evidenciar o papel político desempenhado pelos agentes da distribuição da imprensa, de outro modo, desconsiderados ou subjugados como partícipes da cadeia produtiva da imprensa escrita; e (3) como o Estado varguista procurou apaziguar os ânimos, apontando para uma solução salomônica, em que, de um lado, mantinha o usucapião dos imigrantes italianos no mercado distribuidor, e, de outro, criava condições para a proteção e desenvolvimento de novos jornaleiros através de uma ação social capitaneada pela primeira-dama. Este primeiro fôlego e incipiente esforço de pesquisa ocupou-se, portanto, apenas de desbastar parte da trilha, para futuros aventureiros.

Bibliografia:

A NOITE. *“Era um entusiasta da causa dos aliados”*. Rio de Janeiro: A Noite, 10 de junho de 1942. p. 4.

BANCAS & NEGÓCIOS, ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Néctar Comunicação, março-abril de 2008.

CARELLI, Alberto. *[Carta] 6 de março de 1944 [para] MARCONDES Filho, Alexandre*. 1 fl. Pedu apoio do Ministério da Justiça para a defesa dos anseios da classe. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1944.

CHINELLI, Filippina. *Folha no chão: etnografia de uma sociedade de jornaleiros*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1977. (Dissertação de Mestrado.)

DIÁRIO CARIOCA. *A questão da localização das bancas de jornais: Dirige-se ao Prefeito Henrique Dodsworth o Sindicato das Empresas Interessadas*. Rio de Janeiro: Diário Carioca, 1º de fevereiro de 1944. p. 2.

DiGIROLAMO, Vincent. *Newsboys funerals: tales of sorrow and solidarity in Urban America*. In: **Journal of Social History**, vol. 36, n. 1 (2002). Fairfax (Estados Unidos): George Mason University Press, 2002. pp. 5-30.

GOMES, Angela M. de Castro. *A Pequena Itália de Niterói: uma cidade, muitas famílias*. In: _____ (org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro,

24 O Estado e a distribuição da imprensa: disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornaleiros na Era Vargas

7Letras, 2000.

LABANCA, Gabriel Costa. *Società di Beneficenza e Mutuo Soccorso degli Ausiliari della Stampa: a organização da distribuição de periódicos no Rio de Janeiro do início do século XX*. Anpuh, ST Olhares e memórias sobre o longo século XIX: livros, impressos e missivas. Rio de Janeiro: Unirio, 2010.

LABANCA, Gabriel Costa. *Por onde andava o gazeteiro?* In: **Observatório da Imprensa**, História da Imprensa, nº 704, ano XVI. São Paulo: Observatório da Imprensa, julho de 2012. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

MCCABE Jr., James D. *Lights and shadows of New York life; or, the Sights and sensations of the Great City. A work descriptive of the city of New York in all its various phases*. In: **Projeto Gutenberg**. Filadélfia, Cincinnati, Chicago e St. Louis (Estados Unidos): National Publishing Company, 1872. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2011.

MENINOS JORNALEIROS. Acervo: Rádio Educativa Mensagem. Composição de imagens com destaque para o menino ator Martin Fuller, do filme *The Land Beyond the Sunset*, 1912, e demais meninos atores jornaleiros não-credenciados nos filmes. Composição musical: Heitor dos Prazeres. Interpretação: Jonas Tinoco, com acompanhamento da Orquestra Victor Brasileira. Brasil: Rádio Educativa Mensagem, 1933. 1 filme (4 minutos), son. pb. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=I_CZXm1SVcM>. Acesso em: 21 de outubro de 2012.

MIRANDA, Alma Cunha de. *O jornaleiro vencedor*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1939.

NERONE, John C. *The mythology of the Penny Press*. In: **Critical Studies in Mass Communication**, vol. 4 (dezembro de 1987). Londres: Taylor & Francis, 1987a. pp. 376-404.

NEWSIES. Direção: Kenny Ortega. Produção: Touchwood Pacific Partners 1; Walt Disney Pictures. Roteiro: Bob Tzudiker; Noni White. Intérpretes: Christian Bale; Bill Pullman; Robert Duvall; et alii. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1992. 1 filme (121 minutos), son. color.

NEW YORK TIMES. *Newsboys' strike*. In: **The New York Times**. Nova Iorque: 14 de outubro de 1884.

NEW YORK TIMES. *Newsboys indulge in a strike*. In: **The New York Times**. Nova Iorque: 30 de março de 1886.

NEW YORK TIMES. *Strike of newsboys*. In: **The New York Times**. Nova Iorque: 29 de janeiro de 1887.

NEW YORK TIMES. *Newsboys still hold out*. In: **The New York Times**. Nova Iorque: 28 de julho de 1899.

O IMPARCIAL. *Lojistas contra vendedores de jornais: uma carta e uma explicação*. Distrito Federal: O Imparcial, 18 de março de 1936. p. 2.

PEREIRA, Welson Luiz. *O menor abandonado e as políticas de inserção social: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, de 1953 a 1962*. Curitiba: UFPR, 2005. (Monografia.)

REBELLO, Gilson. *O Rio de banca em banca: a história dos jornaleiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Dia, 1987.

SERENO, Vicente Grassi. *[Carta] 14 de abril de 1942 [para] VARGAS, Getúlio. 2 fls. Em nome do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Distrito Federal pede a decretação de uma lei a respeito da nacionalização da distribuição de jornais e revistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1942.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

THORN, William J.; PFEIL, Mary Pat. *Newspaper circulation: marketing the news*. Nova Iorque e Londres: Longman, 1987.

WHISNANT, David E. *Selling the gospel News, or: The strange career of Jimmy Brown the Newsboy*. In: **Journal of Social History**, vol. 5, n. 3 (1972). Nova Iorque: Oxford University Press, 1972. pp. 269-309.